

Ata nº 04 (quatro) da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Rio Vermelho/MG. No dia 21 (vinte e um) do mês de março de dois mil e vinte três, no salão do Plenário da Câmara Municipal de Rio Vermelho, situado à Rua João Antônio Carvalhais, nº 351, Centro, neste Município de Rio Vermelho, sob a Presidência do Vereador José Felipe Martins, reuniram-se os Vereadores para mais uma reunião ordinária da corrente sessão legislativa. Nos termos do artigo 140 a 142 do Regimento Interno, em nome de Deus, o Presidente declarou aberta a reunião, constando em livro próprio a presença e assinatura dos seguintes Vereadores: Claudomiro Alves da Silva, Daniel Francisco de Souza, Dilton Antônio Simão, Darci Vaz do Nascimento, Jairo Claudino de Souza Câmara Filho, Lourdes Aparecida de Jesus Lomba e Maria Aparecida Alves da Silva. Em seguida, a ata da reunião anterior foi lida e colocada em votação. A vereadora Lourdes deixou claro que a Secretária Municipal de Educação não veio esclarecer dúvidas a ela como vereadora e sim atacá-la, contrariando o Artigo 149 Parágrafo 5º do Regimento Interno. A ata da reunião anterior foi aprovada por toda Edilidade. Em seguida o presidente justificou a ausência do vereador Marcone, pelo fato de ter que trazer pessoas para o velório e enterro da

pessoa que faleceu no seu carro. O presidente fez agradecimentos às pessoas presentes no plenário e pediu desculpas por acomodações tão apertadas, pois o plenário principal está em reforma enfatizando que são todos muito bem vindos a esta casa. Agradeceu também a presença do Prefeito Marcus Vinícius e do advogado Dr. Adilson que é representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Informou ainda aos vereadores que amanhã estará acontecendo a VI Conferência Municipal de Saúde e que todos os vereadores estão convidados a participar, pois serão discutidos temas de muita relevância para nossa comunidade. Neste instante a palavra foi aberta aos vereadores para se manifestarem sobre assuntos de interesse público respeitando o tempo máximo de 5 minutos para cada um. Com a palavra o vereador Claudomiro Alves direcionou uma pergunta do Senhor Renê para o prefeito sobre a obra da cascalheira, onde o Senhor Renê relata que a obra está parada. Ele solicitou então ao prefeito que se faz presente que esclarecesse melhor este assunto. Com a palavra o vereador Daniel iniciou deixando um recado para a comunidade do Matão sobre o calçamento que está para ser feito em breve, pediu desculpas por sempre acontecer algum imprevisto, mas

disse que já está correndo atrás e o calçamento irá acontecer e que podem ter certeza que vai dar certo. Com a palavra o vereador Darci no momento nada teve a manifestar. Ato contínuo, com a palavra o vereador Dilton iniciou relatando o fato que eles foram eleitos no ano de 2020 para representar o povo e automaticamente ajudar o Executivo e o Poder Público na forma de levar as políticas públicas, e que os vereadores tem que levar as demandas do povo para o poder público, para o Executivo e para as secretarias, mas ao mesmo tempo eles tem dificuldade em se comunicar com alguns secretários. Neste momento agradeceu ao Prefeito, e a senhorita Vivian por sempre atendê-lo com muita presteza, mas que estava tendo dificuldade na comunicação com alguns secretários, pois às vezes o povo o procura para atender alguma demanda e intermediar junto com o executivo em algumas questões, porém, ele não obtém resposta. E isso é uma situação ruim, pois o povo cobra e como ele fica sem resposta tem que ficar falando inúmeras vezes e isso não dá certo. Ele diz ainda que não recorre ao prefeito muitas vezes porque sabe que a demanda é muito grande e os secretários estão lá para isso. Neste momento o prefeito solicitou que especificasse qual secretaria e o vereador Dilton respondeu que é a secretaria de

obras, que tem uma grande demanda de ofícios que eles não respondem. Ele se coloca a disposição para ajudar, mas diz que precisa do feedback. Com a palavra o vereador Jairo externou no primeiro momento sobre o projeto de lei que ele adentrou na casa há alguns dias, que foi passado para a comissão na última reunião e a comissão pediu vista para que fossem avaliadas algumas situações estatisticamente. Ele disse que conversou com a vereadora Cida sobre a situação durante a semana, mas ponderou também ao presidente e aos demais vereadores desta casa que esse projeto contempla o seguinte: estamos passando por uma reforma e de antemão pediu desculpas por não podermos acomodar a todos de maneira digna. Mas os tramites da reforma já foi iniciado, e nosso plenário será de muita excelência com todos os requisitos tecnológicos. Em conversa com uma senhora que trabalha na prefeitura, na qual deu aulas para o filho dela que é surdo e mudo, ele disse não dar muito assunto, porém para uma minoria que saiu dizendo que o seu projeto é mais como se fosse gerar mais um cargo de emprego afirmou ser verdade, porque o projeto se trata de inclusão, e na cabeça de algumas pequenas pessoas elas não precisam, pois possuem todos os seus sentidos e não sabem usá-los. Só quem não tem

ou lhe falta um sentido, ou tem alguém na família que tenha esse tipo de deficiência é que sabe então que esse projeto de libras vem para fomentar principalmente a possibilidade das pessoas fazerem o curso, dar o direito das pessoas fazerem o curso porque precisam desse profissional e mesmo as leis federais amparando essas pessoas por aí não vemos as instituições cumprindo o seu papel. O projeto está aqui para trabalhar por essa juventude, e por essa mãe que trabalha na prefeitura, faz limpeza todo dia e tem um filho surdo e mudo. Ele pediu carinho aos nobres vereadores e vereadoras para que esse projeto possa nascer aqui e ramificar nas outras instituições, sejam elas do estado ou até mesmo do governo federal. Com a palavra a vereadora Lourdes Lomba iniciou agradecendo a presença de todos, disse que ter a companhia de todos e das colegas professoras presentes a fortalece, pois estar na tribuna não é fácil, com a leitura da ata todos puderam acompanhar um pouco dos desafios e também quem acompanhou a última reunião pode sentir um pouco do que eles passam. Ela agradeceu imensamente o apoio incondicional da comunidade Rio-Vermelhense em apoio ao seu trabalho apesar dos desafios, pois enquanto existir motivo que é a razão para lutar ela seguirá e a derrota jamais gritará.

Aproveitando o gancho da fala do vereador Dilton ela também manifesta a sua angústia, e diz que quando foi eleita sonhava não em mudar o mundo, mas mudar a realidade da comunidade Rio-Vermelhense para melhor, e foi por essa razão que pediu licença sem vencimento do seu segundo cargo na prefeitura, porque tinha muita esperança que iriam trabalhar juntos por Rio Vermelho, foi passado também que seriam uma Câmara Progressista, de cabeças novas e infelizmente já no penúltimo ano de mandato a decepção com toda essa esperança é muito grande. Disse que ficou em casa esse período que tirou licença, pois a mesma não dirige e o carro da Câmara só pode ser retirado da garagem conduzido por uma pessoa da casa, e pelo fato de não dirigir, não ter ninguém para dirigir para ela, e não ter condições de pagar táxi todos os dias para ir visitar as comunidades rurais, onde diz que até já tentou, mas os vencimentos que recebem não são suficientes para isso. Aproveitou a presença do senhor prefeito mais uma vez para mostrar a sua grande decepção e angústia com relação aos pedidos que foram feitos, especialmente o poço da comunidade da Cachoeira da Prata que era uma esperança daquela comunidade, onde ela prometeu aos moradores que buscaria recursos junto aos

deputados porque enquanto vereadora ela sabe que não pode ponderar a prefeitura, pois todos sabem que os recursos da prefeitura de Rio Vermelho são muito poucos, mas que ela se comprometeu junto ao povo da comunidade que iria buscar recursos junto aos deputados para construir um poço lá, e o recurso caiu na conta em 08 de junho de 2021. Na última reunião onde o engenheiro kassio estava presente ele fez uma série de relatos e enumerou vários poços em diversas comunidades onde infelizmente a comunidade da Cachoeira da Prata estava de fora, então ela deixou aqui manifestado mais uma vez a sua angústia, dor e decepção com relação a isso, pois ela realmente não pediu o poço de graça e nem com o dinheiro da prefeitura e sim buscaram o recurso, o mesmo caiu na conta e com o passar do tempo e a inflação terrível certamente desvalorizou. Então ela deixou manifestado a sua angústia com relação a isso e também com relação as 5 manilhas da Comunidade do Gentil que jamais irá esquecer, pois foi dentro do gabinete com toda esperança pedir as 5 manilhas e não conseguiu até hoje. Finalizou dizendo que não veio para esta casa para fazer oposição e sim porque tinha esperança de mudar Rio Vermelho para melhor. Com a palavra a vereadora Maria Aparecida (Cida) iniciou falando

sobre o assunto libras, onde disse que foi ela quem pediu vista do projeto, porque precisava ter uma ideia real dentro de Rio Vermelho qual era a situação, pois sempre esteve ativa na APAE e não tem nenhuma criança que seja surda e muda, tem sim alguns com deficiências que não sabem se comunicar. E dentro de Rio Vermelho tem três casos que são realmente com surdos e mudos. Ela disse entender que essa questão libras é inclusão e que existe uma necessidade, mas nesse caso ela pediu vista para ter noção e convicção do que está fazendo. Continuou falando sobre a questão da insalubridade que será explanado pelo Dr. Adilson, ela disse que foi pedida na comissão de lei a prorrogação do prazo, pois lá ouviram o parecer da procuradora Juscele, e nada mais justo do que vermos o parecer do Dr. Adilson para cada um formar uma opinião concreta para poder votar conscientemente. No mais disse que Rio Vermelho tem muitas demandas. Que irá ter uma Conferência da Saúde onde os vereadores devem estar preparados para comparecer, e que tem várias situações em divergência nas quais devem buscar solução. Em conversa com Dr. Paulo sobre a questão do esgoto ambos estão horrorizados segundo a ela. E afirmou que devem sentar e resolver e não atacar já que o problema vem de outro pleito.

Ela pediu desculpas por não conseguir atingir a todos, mas se colocou a disposição, que esta casa está aberta a todos e informou que no dia 23 do corrente mês estarão com a CEMIG para falar sobre as tratativas de como está o trabalho deles. Dando continuidade o presidente solicitou ao secretário da mesa que realize a leitura das matérias inscritas na ordem do dia. Informou que consta na ordem do dia apresentação dos seguintes projetos de lei: Projeto de lei nº 008/23 que “Dispõe sobre denominação da rua que menciona e dá outras providências”; Projeto de resolução nº001/23 que “Altera o Anexo I da Resolução 006, de 21 de setembro de 2009 e dá outras providências.” Consta ainda na ordem do dia a prorrogação do prazo da emissão do parecer pela comissão permanente de constituição, legislação e justiça em relação final ao Projeto de Lei Nº002/23 nos termos do Art. 45 do Regimento Interno. Informou que consta na ordem do dia a votação em segundo turno do Projeto de Lei Nº 004/23 que “Dispõe sobre a revisão geral anual das remunerações dos Servidores e Vereadores da Câmara Municipal de Rio Vermelho/MG para o exercício de 2023 e dá outras providências.” Com a palavra o Presidente informa que o presente projeto está assegurado no Art. 37 da Constituição

Federal onde é assegurado o direito do funcionário público existente ao exercício do trabalho e a reposição inflacionária anual. Seguindo o presidente consultou os vereadores como votam em relação ao Projeto de Lei Nº 004, que restou aprovado com 7 (sete) votos favoráveis recebendo voto contrário do vereador Jairo. O secretário informou também que consta na ordem do dia a votação em segundo turno do Projeto de Lei Nº 006/23 de autoria do Executivo Municipal que “Concede recuperação inflacionária sobre os vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Rio Vermelho/MG e dá outras providências.” O presidente questionou como votam os vereadores onde foi aprovado com todos os votos favoráveis. Em seguida o secretário informou que consta na ordem do dia a votação em primeiro turno do Projeto de Lei Nº 003/23 de autoria do vereador Jairo Claudino de Souza Câmara Filho, que “Institui a Língua Brasileira de Sinais (libras) e a tradução Simultânea dos Trabalhos Parlamentares nas Sessões da Câmara Municipal de Rio Vermelho/MG.” O presidente questionou os nobres vereadores como votam em relação ao Projeto de Lei Nº 003/23 que restou aprovado em primeiro turno com 7 (sete) votos favoráveis, recebendo voto contrário da vereadora Lourdes. O secretário informou que consta

ainda na ordem do dia a votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 007/23, de autoria do Executivo Municipal, que “Dispõe sobre o reajuste do piso salarial mínimo para os servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Rio Vermelho (MG).O presidente questiona como votam em relação ao Projeto de Lei Nº 007/23 que restou aprovado em primeiro turno com todos os votos favoráveis. No presente momento o presidente passou a tributa livre respeitando o tempo máximo de 15 minutos, como requerido pelo senhor Adilson Menezes de Oliveira que irá manifestar sobre o Projeto de Lei da Insalubridade e sobre o piso nacional do Magistério. Nesse momento o presidente pede que o requerido aguarde por 2 minutos para que ele leia o Ofício do Gabinete do Executivo. O presidente fez a leitura do Ofício 125/23. Finalizando a leitura do ofício o presidente passou a palavra para o senhor Adilson para que usasse da tribuna livre. Ele iniciou dando seus cumprimentos ao presidente, vereadores e a todos presentes, e disse que acompanhou a ultima reunião e não se recordava do presidente ter lido o parecer enviado pelo sindicato que foi entregue em mãos. Continuando ele falou sobre a questão da insalubridade. Afirmando que o sindicato não é contra a administração, e

nem contra o prefeito. Que não estão aqui para criar atrito, e que buscam eliminar a política e a politicagem dentro do sindicato, disse que precisam entender o que acontece nessa lei da insalubridade é um conflito, antes pagavam a insalubridade sobre o salário base e de repente vem esse entendimento de que não pode ser sobre o salário base e tem que ser sobre o salário mínimo. foi citado no parecer da prefeitura, onde o tribunal de segunda região fala sobre a súmula vinculante nº 4 onde segundo ele essa súmula pode ser interpretada de várias formas, para o bem e para o mal. Em seguida fez a leitura dessa súmula e disse que o que chama atenção é justamente o fato dela dizer que não pode ser usado como influenciador de base de cálculos de vantagem do servidor. Frisou que esse requerimento de quem ganha acima de um salário mínimo não prejudica em nada quem ganha um salário mínimo. E disse que uma argumentação que lhe causou estranheza e que consta no parecer da prefeitura foi que estão sendo estabelecidos percentuais diferentes para pessoas que estão no mesmo ambiente de trabalho sendo que os percentuais são os mesmos 10%,20% ou 40%, e a diferença está na base. Deu continuidade falando sobre o Piso Nacional, onde tiveram

uma reunião no dia 03, com a presença do prefeito e iniciaram a negociação, e terão outra reunião amanhã (22/03/23) para falar sobre o piso que vem sendo discutido desde o ano passado e não é uma temática fácil, ele disse que entende a questão do município em relação à verba e as condições de manter esse piso e espera que na reunião de amanhã (22/03/23) possam evoluir nessa questão. Finalizou agradecendo aos servidores que vieram, disse que é importante a participação deles e que na próxima reunião possam estar presentes novamente. Com a palavra o senhor Marcus Vinicius Dayrell de Oliveira começou cumprimentando toda mesa diretora e vereadores, também ao Dr. Adilson e aos demais em nome dos servidores no qual ele disse dever todo respeito. Seguindo falou sobre o sindicato, onde ele coloca que é complicado manter o diálogo porque tudo o que foi colocado sobre essa lei da insalubridade foi discutido antes de passar projeto, onde a empresa especializada foi junto ao sindicato para discutir através das legislações que definiram essa lei, e questionou o porquê disso não ser questionado antes de passar o projeto. Foi apresentado pela empresa e ao que parece houve um consenso, e depois que passou a lei parece não valeu de nada.

Disse que a bagunça na vida dos servidores, só aconteceu depois de uma grande discussão junto ao sindicato de mexer na carreira do servidor através de organização da insalubridade, do PPP, do LTCAT, porque não tinham segurança dos instrumentos existentes lá, e isso foi um consenso em que ele participou. Ato contínuo ele falou aos servidores que se não estão satisfeitos que retira se for possível o projeto para que seja discutido novamente, para ele tudo estava dentro do esperado através de diálogo, mas surpreendentemente essa gestão a partir deste ano começou a ser questionada por todos ao mesmo tempo. Esclareceu que a fala dita por ele na primeira reunião em 2021 foi que “quem tratasse de politicagem não pregaria um prego na comunidade e todos escutaram isso.” Continuando ele respondeu sobre a pergunta do vereador Claudomiro de que a obra da Cascalheira estaria parada, segundo ele o motivo dessa obra gerar tanto questionamento é porque mais de 70% desses três milhões que lá estão sendo investidos está debaixo da terra e ninguém vê, que é saneamento e tubulações. E que só vão enxergar quando acontecer igual agora que chegou uma caixa d’água de 100 mil litros de água, onde a presidência da Copasa ligou para ele hoje e disse que já está comprada a

moto-bomba para levar a água tratada para essa caixa. Ele afirmou que por mais que falem mal da gestão essa obra da Cascalheira que é um sonho dele irá sair. Continuou falando sobre o recurso do poço da Cachoeira da Prata, onde disse que recebeu os 100 mil de recurso e que está na conta, mas que com esse valor não dá para ser feito tudo, que se for só furar o poço ele fura, pois são 35 mil. Mas com esses 100 mil não dá para calçar o São Gregório e fazer a distribuição da água, então os 100 mil estão na conta e tem que ser feito o projeto para ver o que é possível fazer. Para finalizar se colocou a disposição de todos, e disse que vai continuar trabalhando para todos inclusive para o servidor público. Dando continuidade o presidente questionou os vereadores se tinham alguma consideração final. Com a palavra o vereador Claudomiro disse que só fez a pergunta ao prefeito municipal a pedido do colega Renê, que viu na rede social, e que foi bom para que a comunidade saiba que isso não é verdade. Com a palavra o vereador Daniel deixou um recado para a Comunidade de Cruz Lavrada de que em breve será levada uma caixa d'água de 20 mil litros para ser instalada na comunidade e logo mais vai ser feita a encanação da água. Com a palavra o vereador Dilton disse que preferia fazer uma

reunião particular com o prefeito já que ele estava dando essa abertura. Com a palavra o vereador Jairo falou que muitos projetos que ele adentrou nessa casa geraram tumultos, como o da transmissão do rádio, o do jovem trabalhador, entre outros que ele fez com o consenso do colegiado, porque aqui nada se faz sozinho. Disse também que tem muita gente reclamando dos entulhos e que agora muita gente resolveu abraçar a causa do Magalhães, mas que não resolve nada lá, é um marketing político. Passando pela volta da gameleira ele viu um morador da cidade deixando entulho lá, deixando aquele lixo visual para que todos vejam e pensem que a culpa é do prefeito, ou muitas vezes do secretário, então disse que certas situações que vivem em Rio Vermelho dependem muito deles que fazem um trabalho coletivo, principalmente fiscalização. Diante dos vários questionamentos que tiveram do Bairro Magalhães deixou isso manifestado. Desejou força e muito trabalho ao prefeito Markão, e disse que sabe de sua honestidade e que ele não é de dar “tapinha nas costas”. Ato continuo disse que foi pego de surpresa quando soube que poderiam mudar o horário das reuniões para as 15h00min da tarde, onde questionou se esse horário atendia a classe trabalhadora, e fez um apelo para que procurem seu vereador

e vejam dentro das suas questões para que o horário seja modificado de forma que não “machuque” profissionalmente nenhum vereador desta casa. Ele finalizou agradecendo ao presidente pela reunião de hoje que de forma sensata discutiram algumas questões. Com a palavra a vereadora Lourdes disse que gostaria de fazer algumas ponderações e deixou claro que não está aqui para dividir a comunidade, e com relação ao projeto de lei da insalubridade ela como presidente da comissão de constituição, legislação e justiça disse estar muito preocupada com relação ao direito dos servidores, então por isso foi em busca do último projeto de lei que é de 2020. Disse que na reforma da previdência de Michel Temer muitos direitos dos servidores foram retirados e não só dos servidores, então sua preocupação é dos demais integrantes da comissão é de que não seja retirado mais direito do povo. Outro fato que preocupa é com relação ao pessoal da fisioterapia, onde os três funcionários que trabalham lá tiveram que usar seus equipamentos próprios para fazer os exercícios, e essa insalubridade é um valor que acrescenta para o profissional comprar seus materiais para trabalhar. Finalizou dizendo que espera que entrem em consenso sem confusão, brigas ou divergências, mas que o

direito de todos os servidores de qualquer área seja respeitado e valorizado. Com a palavra a vereadora Maria Aparecida disse que não conseguiu entender o porquê de ter um parecer de São Paulo para Minas Gerais, e o que gostaria para que votar convictamente e fazer a coisa certa é que retirem o projeto como o prefeito disse, para que possam votar novamente e chegar num denominador comum, mas pediu a presença de um vereador ou de todos, para que não fiquem “boiando”. No seu modo de ver o jeito mais fácil de resolver é retirar esse projeto, entrar em debate e todos que são os interessados se fazerem presentes nessa discussão. Seguindo sua fala disse que ainda não trouxe nenhum projeto de lei, pois está em busca de resolver os problemas que já têm. A respeito das demandas que ela e o vereador Dilton não foram atendidos disse que acha que devem sim pegar essas demandas e levar até o prefeito e quando forem levar essas demandas chamar cada secretaria na sua pauta pra poder ter a resposta. Declarada por encerrada a reunião, eu, Vereador Secretário da Mesa Diretora, lavrei a presente ata, que, depois de lida, se aprovada, segue assinada por todos os vereadores presentes.

